

# Esforço do Congresso foi contra o governo

O esforço concentrado do Congresso Nacional, promovido nos dois últimos dias, impôs pelo menos três derrotas ao governo e levou-o a aprovar um polêmico estatuto para o funcionalismo, deixando claro que a base de sustentação do presidente Collor no Legislativo é frágil. A pressa dos parlamentares em deixar Brasília às vésperas do feriado poupou o governo de mais uma possível derrota — na votação da lei salarial. Mas não impediu a aprovação de alterações nas áreas da Previdência e na de comercialização do trigo, além do aumento de 84,32% concedido aos servidores parlamentares, que contrariam os interesses do governo.

Anteontem, a Câmara havia derrubado o veto presidencial ao projeto de Benefícios da Previdência Social por 264 votos, contra apenas 41 e nove abstenções. O Senado parece ser a tábua de salvação do governo, não por ação, mas por falta de quórum. “Mais uma vez, o governo foi salvo pelo vô das 18h30”, comentou o deputado José Genoíno (PT-SP), referindo-se à grande concentração de decolagens nesse horário em Brasília. Mas o líder do PFL na Câmara, deputado Ricardo Fiúza (PE), tentou minimizar: “As matérias em pauta têm um componente emocional muito grande”.

“Nas questões de Previdência, as pessoas tendem a votar com o coração”, acrescentou Fiúza. Para ele, o projeto que desperta maiores paixões é o da conversão da Lei Salarial — que teve 196

Líderes na Câmara: fragilidade parlamentar do governo permitiu aprovação de medidas contrárias a Collor.



votos, mas não alcançou o quórum necessário. Esses votos incluíram o do líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), que sempre votou com o Executivo. “A ministra Zélia disse ao ministro Passarinho que não admitia negociar os salários, e ele não é homem de engolir um ‘não admito’. O governo tem que negociar”, protestou Amaral Netto da tribuna. O líder do governo em exercício no Senado, Ney Maranhão (PE), ouviu os desabafos de Amaral Netto e depois comentou com alguns companheiros: “O Amaral é um boi manhoso. Eu

também sou, a gente acaba se entendendo”. Maranhão anunciou que Collor vai vetar as alterações sobre custeio e benefícios da Previdência, que foram aprovadas no lugar de uma medida provisória enviada ao Legislativo.

Apesar dos esforços dos governistas para atenuar as derrotas, o clima no plenário era propício à rebeldia dos aliados. “O relacionamento do governo está ruim com o Congresso, com a sociedade e dentro de sua própria equipe”, disse o deputado Victor Facioni (PDS-RS). Ele teme que o

ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acabe se cansando por não ter espaço para negociar.

Um assessor governista assinalou que “o governo vai ter que descer do trono e aprender a dialogar com os políticos”. As matérias que ficaram pendentes, entre elas o Orçamento da União para o próximo ano, só serão apreciadas quando o valor total da fatura. O novo projeto de Estatuto foi acertado no início desta semana e aprovado a toque de caixa <sup>entre os dias 7 e 15 do mês</sup> que vem.